

Nota Fiscal Eletrônica para Produtor Rural

A obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) pelo produtor rural, em substituição ao Talão de Notas de Produtor Rural, vem sendo implementada gradualmente, de acordo com a decisão de cada Estado. A proposta é de que venha abranger todo o território brasileiro. Atualmente, o uso da NF-e já é uma realidade para os produtores rurais de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Rondônia.

No Estado de São Paulo, a NF-e já é exigida para os produtores rurais enquadrados como pessoa jurídica. No caso dos produtores rurais como pessoa física, detentores de CNPJ Rural, a emissão da Nota de Produtor em papel ainda é permitida nas vendas internas, sendo-lhe concedida a opção pelo credenciamento voluntário para a emissão da NF-e. Porém, em se tratando de vendas para órgãos públicos e para a merenda escolar, o uso da NF-e é obrigatório, assim como para o produtor rural que desejar fazer o aproveitamento de créditos de ICMS.

Questões comerciais também podem levar o produtor paulista pessoa física a antecipar o uso da NF-e, principalmente para quem fornece internamente para o grande varejo, pois muitos desses estabelecimentos usam e preferem receber a NF-e devido à redução de custos e a simplificação das obrigações fiscais, assim como, em outras situações específicas, como no comércio eletrônico e nas vendas interestaduais, conforme abaixo descrito na Figura 01.

Figura 01. Obrigatoriedade de emissão de NF-e para produtores rurais paulistas, pessoas físicas.



VENDAS INTRAESTADUAIS

Nas vendas internas ao Estado de São Paulo, a NF-e é exigida para produtores rurais que:

- Tenham se credenciado voluntariamente para emitir a NF-e;
- Pretendam utilizar créditos de ICMS (e-CredRural);
- Estejam enquadrados como pessoa jurídica, com registro na Junta Comercial;
- Forneçam produtos para órgãos públicos e para merenda escolar;
- Façam uso de plataformas de comércio eletrônico;
- Tenham a NF-e negociada contratualmente com o comprador.



VENDAS INTERESTADUAIS

Nas vendas para fora do Estado de São Paulo, a NF-e é exigida nos casos em que:

- A UF de destino exige a NF-e do produtor rural pessoa física (MG, BA, MT e RO);
- A UF de destino venha a exigir a NF-e de seus produtores rurais, a partir de 01.01.2020.



EXPORTAÇÕES

- Para as operações de exportação relativas a produtos oriundos das atividades agrícola e pecuária, sempre deverá ser emitida a NF-e pelo produtor rural.

NF-e para compras públicas, redes de varejo e comércio eletrônico

Em função da pandemia do novo Coronavírus e da quarentena imposta pelo Governo do Estado de São Paulo, diversas atividades agropecuárias perderam seus mercados de comercialização abruptamente, a exemplo da olericultura, fruticultura e floricultura, que, devido à perecibilidade dos produtos, tiveram que descartar parte da produção.

Neste momento, o acesso aos programas de compras públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, que abastecem escolas, hospitais, presídios e outros órgãos do Estado, como o PAA, PNAE e PPAIS, à plataformas de comércio eletrônico e a oportunidade de negociação com grandes redes de supermercados, são alternativas de novos canais de escoamento para retomada de vendas, que exigem a NF-e do produtor rural.

Figura 02. Vantagens da emissão de NF-e para o produtor rural paulista pessoa física.



Uso de plataformas eletrônicas de comércio com clientes (B2B) e pessoas físicas (B2C).



Otimização de processos de gestão, gerenciamento e guarda de documentos.



Redução de custos com aquisição de papel, de impressão, envio e guarda de documento fiscal.



Simplificação das obrigações acessórias, como dispensa de AIDF (Autorização de Impressão de Documento Fiscal).



Redução do tempo de parada de caminhões nos postos fiscais de fronteira para verificação das informações da nota fiscal.



Acesso a novos mercados e aos programas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar (PAA, PNAE e PPAIS).

Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

REQUISITOS PARA EMISSÃO DA NF-e

Na tomada de decisão, o produtor rural deve estar ciente de que surgirão novas obrigações junto à SEFAZ-SP e a seus compradores e de que deverá dispor de:

- Inscrição Estadual e CNPJ Rural, com a atividade regularizada na SEFAZ-SP;
- Computador e impressora adequados para o programa emissor de NF-e;
- Acesso à internet e ao programa emissor de NF-e;
- Assessoria contábil, caso tenha dificuldades com a parte operacional do sistema;
- Certificado Digital no padrão ICP-Brasil;
- Credenciamento junto à SEFAZ/SP para emissão da NF-e.

Orientações gerais para credenciamento para emissão de NF-e

Para se credenciar e utilizar o sistema de emissão da NF-e, o produtor rural deve seguir atentamente as orientações abaixo descritas. O fluxograma (Figura 03) descreve cada uma das etapas necessárias. Caso ainda tenha dificuldades, poderá buscar apoio do Sindicato Rural ou, ainda, acessar o site da SEFAZ-SP para informações adicionais, através do link: <https://www.fazenda.sp.gov.br/nfe/credenciamento/credenciamento.asp>.

Figura 03. Passo a passo para credenciamento no Sistema de Nota Fiscal Eletrônica no Estado de São Paulo.

1. OBTENÇÃO DO CERTIFICADO DIGITAL NO PADRÃO ICP-BRASIL

O certificado digital utilizado na NF-e, para validação dos documentos emitidos, deverá ser adquirido junto a uma Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para mais informações sobre Autoridades Certificadoras, autoridades de registro e prestadores de serviços habilitados na ICP-Brasil, acesse: <http://www.itl.gov.br/certificacao-digital>.



2. DOWNLOAD DO PROGRAMA EMISSOR DA SEFAZ-SP

O produtor deve fazer o *download* em seu computador do programa emissor de NF-e gratuito da SEFAZ-SP, disponível através do link <http://emissores.sebraesp.com.br>.



3. ACESSO AO SISTEMA DE EMISSÃO DE NF-e DA SEFAZ-SP

O acesso ao Sistema é feito com o mesmo usuário e senha do contribuinte utilizado para acessar os serviços do Posto Fiscal Eletrônico (PFE) (caso ainda não possua o login, é possível solicitá-lo presencialmente no PFE ou através do link: <https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/comunicacoes-gerais/Paginas/Senha-do-PFE.aspx>). Ao acessar o sistema, o produtor deve selecionar sua propriedade, completar seu cadastro e atualizar as informações pré-cadastradas.



4. ACESSO AO AMBIENTE DE HOMOLOGAÇÃO

Ao processar as informações cadastradas, o estabelecimento já estará autorizado a realizar os testes de emissão de NF-e. Os testes realizados neste ambiente não serão avaliados pela SEFAZ-SP e as NF-e aqui enviadas não têm validade jurídica e não substituem as notas fiscais em papel. Por isso, é importante que o produtor realize todos os testes possíveis antes de solicitar o credenciamento para emissão definitiva da NF-e no ambiente de produção.



5. CREDENCIAMENTO E ACESSO AO AMBIENTE DE PRODUÇÃO

Realizados todos os testes, o produtor deverá solicitar o “credenciamento para emitir NF-e em produção”, no próprio sistema. Ao credenciar-se nesse ambiente, o estabelecimento continuará tendo acesso ao ambiente de homologação, **porém as NF-e emitidas no ambiente de produção já possuem validade jurídica junto à SEFAZ-SP, substituindo as notas fiscais em papel**. Assim que credenciado, o produtor deverá, obrigatoriamente, emitir NF-e em substituição às notas fiscais em papel.

Considerações finais

Conforme determinado pelo Ajuste Sinief nº 09/17, o produtor rural pessoa física também está autorizado a emitir NF-e, desde que detenha Inscrição Estadual ativa e CNPJ Rural para o credenciamento, ou seja, sua atividade deve estar devidamente regularizada na SEFAZ-SP.

A emissão do documento digital traz diversos benefícios ao estabelecimento rural, inclusive econômicos, que contribuem para a profissionalização da atividade e a negociação com novos mercados. Inicialmente, poderão haver dificuldades para adesão, mas espera-se que o sistema de emissão eletrônica da Nota Fiscal se consolide, a fim de proporcionar maior controle das informações e facilidade operacional a médio e longo prazos.

A SEFAZ-SP desenvolveu um programa gratuito para a emissão da NF-e, atualmente sob administração do SEBRAE, porém seu uso não é obrigatório. Caso seja de interesse do produtor rural utilizar outros programas disponíveis no mercado para tal fim, é fundamental que se verifique sua viabilidade e capacidade de atendimento às exigências de emissão da NF-e. Uma assessoria contábil pode se fazer necessária para prestação de suporte operacional e apoio no preenchimento e emissão da NF-e, não representando necessariamente uma contratação, pois o produtor pode já ter ou utilizar serviços oferecidos pelo Sindicato Rural ou a sua Cooperativa ou Associação.

Ao aderir à NF-e, o produtor rural deve estar ciente de que o Talão de Notas Fiscais em papel perderá a validade e que somente a nota fiscal digital emitida pelo sistema terá valor jurídico, dando continuidade à contagem do período necessário para solicitação da aposentadoria rural especial.

A obrigação do recolhimento do Funrural está mantida, independente do produtor optar entre a contribuição sobre a receita bruta da comercialização (adquirente pessoa jurídica é responsável pela retenção e pagamento) ou sobre a folha de salários (responsabilidade recai sobre o próprio produtor pessoa física), sendo em ambos os casos devida a contribuição de 0,2% destinada ao SENAR-SP. Da mesma forma que a emissão da NF-e não implicará em pagamento de ICMS, ou seja, o produtor pessoa física continua não contribuinte, pois a maioria dos produtos agropecuários comercializados pelos produtores rurais é isenta ou amparada pelo diferimento do imposto.

Cabe destacar que a adesão ao sistema digital ainda é voluntária e o produtor poderá se descredenciar a qualquer momento, caso não se adapte ou enfrente dificuldades para a emissão da NF-e. No entanto, a implementação da NF-e vem sendo feita gradualmente e, embora ainda não seja obrigatória a todos os produtores rurais paulistas, a previsão é de que futuramente seja exigida para o registro de todas as transações comerciais.

Como há a possibilidade de teste da plataforma antes do credenciamento efetivo do produtor rural, recomenda-se a todos os interessados que realizem o *download* do programa, conforme orientações anteriores, para verificação quanto à possibilidade de adoção do novo sistema. É importante que se realizem os testes sugeridos antes da integral adesão, pois quando solicitado o descredenciamento, este somente é deferido após a publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sendo vedado novo credenciamento antes de transcorridos 180 dias após a desistência.



**FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E
PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
11-3121.7233 - 11-3125.1333
www.faespsenar.com.br

Presidente Fábio de Salles Meirelles

Este informe foi elaborado pelo Departamento
Econômico da FAESP.
economico@faespsenar.com.br

A reprodução deste informe técnico ou parte do seu
conteúdo é permitida desde que citada a fonte.